

Educação e Trabalho: perspectivas e impasses no pensamento de Mário Manacorda

*Jorge Luis Cammarano Gonzáles**

Resumo

Este artigo discute as perspectivas e impasses do pensamento do educador italiano Mário Manacorda, em sua investigação das relações entre educação e trabalho, na sociedade contemporânea. Argumenta-se que as concepções e propostas do referido autor, voltadas para a superação da dicotomização educação escolar – trabalho produtivo, desconsideram as tendências e possibilidades históricas engendradas pelo capitalismo.

Palavras-Chave: trabalho - educação - capitalismo

Abstract

This article discuss the perspectives and impasses of the thought of the italian educator Mário Manacorda, in his research of the relationship between the education and labor in new days society. This article also discuss that his conceptions and proposes refer to overpass the dualism between scholar education no importance to the tendencies and historical possibilities that are present in the base root of the capitalism.

Key-words: labor - education - capitalism

* Doutor em Sociologia e Professor do Departamento de Sociologia – UNESP - Endereço para contato: UNESP - Campus Araraquara - Faculdade de Ciências e Letras - Depto. de Sociologia.

Afirmo que a totalidade da proposta pedagógica do educador italiano Mário Manacorda, voltada para: a discussão da relação educação escolar - trabalho; a unificação das estruturas escolares com as estruturas produtivas; a reforma escolar baseada no princípio da educação unitária; desdobra-se cindida da análise das dimensões históricas assumidas pelo Capital, neste processo. As formulações do educador italiano, em sua obra *História da Educação*, procuram transcender os diversos modos de produzir a vida material, organizados pelos homens em sociedade; transformando a cisão Educação - Trabalho, numa constante histórica cuja presença marca todas as formações sociais anteriores à formação social capitalista, burguesa. Trata-se de reduzir as práticas sociais pedagógicas e produtivas, historicamente determinadas, a um processo constante, no qual o educador italiano reconhece que:

“Já no Antigo Egito /.../ pudemos verificar uma primeira constante da história da educação, uma daquelas constantes que sempre são repropostas, embora sob formas diferentes e peculiares: a separação entre instrução e trabalho /.../”.¹

Se aparentemente o trabalho, conforme Marx afirma nos *Elementos Fundamentais para uma Crítica da Economia Política: Grundrisse*, parece ser uma categoria simples e antiga em sua universalidade, isto é, como trabalho geral; é no modo de produção fundado no Capital, que esse processo adquire, historicamente, seu conteúdo simples e universal. Neste modo de produção o trabalho deixou de corresponder a uma atividade particular criada pelo indivíduo. Ou seja, o capital que reduz todos os produtos e todas as atividades a valores de troca, reduz a força de trabalho a uma atividade indiferente em relação aos seus produtores diretos. A compreensão e a reflexão sobre esta condição histórica me parece fundamental, principalmente, para os educadores preocupados, a exemplo de Manacorda, em assumir a defesa da relação educação escolar - trabalho. Observe-se a afirmação de Marx:

“O trabalho aparenta ser uma categoria totalmente simples. A representação do trabalho em sua universalidade - enquanto trabalho em geral - também é muito antiga. E no entanto, considerado nesta simplicidade, do ponto de vista econômico, o ‘trabalho’ é uma

¹ Mário Manacorda - *História da Educação* - p.356

categoria tão moderna como as relações que dão origem a esta abstração simples.²

E acrescenta:

“A indiferença por um trabalho particular corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar facilmente de um trabalho a outro e no qual o gênero determinado de trabalho é, para eles, fortuito e, portanto indiferente”.³

Ao demonstrar este traço do modo de produção imanente à sociedade burguesa, Marx salienta, na obra supracitada, um outro aspecto - este de ordem metodológica - que escapa à análise de Manacorda, concentrada na busca de reatar os vínculos das estruturas produtivas com as estruturas educacionais. Para Marx, o procedimento teórico - metodológico deve conter, pressupor em seu “ponto de partida” e de “retorno”: o Capital. Manacorda desenvolve toda a sua análise das relações entre educação escolar e trabalho, de busca de uma pedagogia marxiana, dissociando este processo do Capital, e mais, desconsiderando, nas relações educação escolar - trabalho, ao processo de trabalho enquanto atividade alienada e alienante. E isto considerando que, para Marx, a formação social burguesa ao universalizar o trabalho, enquanto trabalho geral, cria, intrinsecamente a este processo, a universalização da alienação do indivíduo. Acrescente-se que, nesta perspectiva, a sociedade burguesa rompe com as diferenças de sangue, com os vínculos de dependência pessoal, correspondentes à sociedade feudal. O projeto revolucionário da burguesia européia, supera o caráter determinado dos indivíduos na sociedade fundada no trabalho servil; as relações de vassalagem entre o senhor feudal e o servo, por exemplo. As relações sociais de produção universalizam-se, *transformando indivíduos em trabalhadores*. Esse processo é compreendido por Manacorda como a antinomia entre a formação unilateral do trabalhador e a perspectiva da omnilateralidade a ser propiciada pelo vínculo educação escolar - trabalho. Marx, nos *Grundrisse*, aborda a universalização da atividade produtiva, da alienação intrínseca e extrínseca ao processo de trabalho, na perspectiva da multilateralidade e de uma maior plenitude das relações sociais dos indivíduos, fundadas na propriedade privada sobre os meios, os objetos e os produtos do trabalho. Manacorda desconsidera que a divisão do trabalho socialmente produzida, desdobra-se de forma unilateral na elaboração dos produtos, e de forma multilateral nas

² Karl Marx - *Grundrisse* (Vol.I) - p.24

³ Id. Ibid - p.25

necessidades de cada indivíduo, trabalhador, produtor da riqueza social. E secundariza que para Marx:

“As diferentes fases do desenvolvimento da divisão do trabalho são outras tantas formas diversas da propriedade, ou, dito em outros termos, cada etapa da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos entre si, no concernente ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho”.⁴

O projeto revolucionário da burguesia européia (Revolução Industrial, Revolução Francesa) universaliza a representação política destas relações de produção: liberdade, igualdade, fraternidade e o direito à propriedade. Os indivíduos irrompem no mercado de trabalho na condição de seres *livres* para *agir e pensar*; e, fundamentalmente, como proprietários: uns da capacidade de trabalho; e outros, das condições materiais para a realização efetiva da produção dos valores socialmente necessários. A burguesia universaliza seus interesses particulares de classe, sobre os quais funda um novo modo de produzir e organizar a vida social. A burguesia européia ao consolidar seu projeto político “instaura” a separação indivíduo - sociedade, transforma os indivíduos em seres naturais, arranca do processo histórico sua materialidade e contraditoriedade; e reveste as condições históricas de sua existência com relações contratuais, jurídicas, vinculadas ao universo dos denominados direitos humanos. Nesta constelação dos direitos humanos, a educação insere-se como possibilidade de qualificar a mercadoria força de trabalho. O indivíduo, “*cerceado*” na compreensão de seus interesses comuns a outros indivíduos, aliena, neste processo, sua própria existência social, ou seja, não apreende “*sua*” vida como forma de exploração do Capital.

Estas observações revigoram minha convicção de que a superação da divisão educação escolar- trabalho, deve ser investigada não como generalidade ou como invariável histórica, mas como resultante de um processo historicamente determinado: o surgimento de um modo de produzir a vida material dos homens em sociedade, fundado na relação Capital-Trabalho assalariado. E, no meu entendimento:

- a) A superação da ruptura entre educação escolar - trabalho, implica a abolição da propriedade privada capitalista.
- b) No capitalismo, a essência do homem - operário - assalariado é criar propriedade alheia.

⁴ Karl Marx e Friedrich Engels - *A Ideologia Alemã* - p.20

c) A educação é um meio insuficiente para superar a cisão trabalho - escola, pois o processo educacional e sua institucionalização através da escolarização dos indivíduos, fundam-se num denominador e dominador comum: a propriedade privada sobre a força de trabalho.

d) O trabalho (mesmo o mais educado e qualificado) é força produtiva e reprodutiva do Capital, pertencente ao Capital.

Acrescento que ao analisar o desdobramento do processo de trabalho no modo de produção capitalista, exposto por Marx, em sua obra *Elementos Fundamentais para uma Crítica da Economia Política – Grundrisse*, observo que o conteúdo antinômico, contraditório, do trabalho, apresenta-se na relação miséria absoluta–riqueza absoluta. A compreensão desta contradição, imanente ao processo de trabalho, nas condições históricas produzidas pela sociedade burguesa, é de suma importância na medida que secundariza o caráter antinômico de Trabalho, “reduzido” por Manacorda à relação unilateralidade–omnilateralidade. E isto porque o educador italiano, transforma a educação em pressuposto da superação da dissociação existente – na sociedade contemporânea – entre as estruturas produtivas e as estruturas educacionais. Esta seria, conforme seu entendimento, a contribuição de uma prática pedagógica respaldada por uma teoria pedagógica marxiana. Entretanto, para Marx, a antítese pobreza absoluta-riqueza absoluta, caracteriza a existência da relação Capital-Trabalho assalariado, num movimento onde o trabalho se transforma em força produtiva pressuposta pelo Capital e que pressupõe o Capital. Assim, ao se objetivar (nos produtos, nas mercadorias), a capacidade de trabalho tende a se consolidar como miséria absoluta, dada sua subordinação ao capital. Ao se subjetivar, isto é, ao ser desenvolvida pelos produtores diretos, a capacidade de trabalho transforma-se em possibilidade de criação da riqueza social. Este desdobramento do trabalho como capacidade que para o Capital possui valor de uso, e que o operário troca pelas mercadorias necessárias à sua sobrevivência, não é o trabalho realizado por *este* ou *aquela* operário, mas trabalho geral, indiferente em relação à forma assumida no processo produtivo. A miséria absoluta - pressuposto da existência do Capital -, e a riqueza absoluta - possibilidade de preservação da existência do Capital -; têm suas raízes na propriedade privada do Capital (Burguesia) sobre a força de trabalho (Proletariado).

A proposta pedagógica de Manacorda, volta-se para o âmbito das determinações formais do Trabalho, qualificando a capacidade de trabalho, ensinando-lhe os conhecimentos básicos (ler, escrever e contar), mas “indiferentes” à manipulação do trabalho objetivado, propriedade do Capital

(as máquinas, por exemplo). A concepção pedagógica delineada pelo educador italiano fundada no princípio unitário: escola-trabalho, esbarra, historicamente, neste processo: a força de trabalho qualificada, educada, torna-se valor de uso para o Capital, valorizando-o e reproduzindo-o. Em contrapartida, recebe dinheiro; forma assumida pelo Capital para a aquisição das mercadorias necessárias ao consumo e à consumação de sua existência. Enfatiza esta relação e realça que a denominada pedagogia dialética proposta por Manacorda, enquanto elemento capaz de recuperar a divisão educação - trabalho, circunscreve-se a interferir nas expressões formais das relações sociais de produção do Capital.

Note-se: para Manacorda, a raiz da fragmentação educação escolar-trabalho, encontra-se, na sociedade moderna, na Revolução Industrial e nas subsequentes revoluções industriais que, contemporaneamente, refletem-se na cibernética, na automação da produção, etc.. Este desenvolvimento da industrialização, esta intensificação produtiva da sociedade industrial, requer uma formação escolar centrada na educação tecnológica. Ao enveredar por esta compreensão Manacorda empobrece e obscurece a dimensão do marxismo em sua concepção pedagógica. Ou seja, sua tentativa de apreender no interior da obra de Marx, *uma* pedagogia marxiana, fundada no vínculo educação escolar-trabalho, omite em sua investigação, a crítica elaborada por Marx aos denominados “avanços da civilização” ou à denominada “função civilizadora do capital”. Ao desconsiderar o desdobramento do processo de trabalho no modo de produção fundado no Capital; e as tendências e possibilidades históricas assumidas por este, em seu movimento de subordinação do trabalho. Ao se ater à análise da relação educação escolar - trabalho, desprovida de suas determinações históricas; Manacorda ressalta o progresso técnico e a necessidade da educação tecnológica, porém, não apreende que este processo consolida e “perpetua” a subordinação de trabalho ao Capital. Trata-se, assim, de apresentar a análise desenvolvida por Marx, relativa aos avanços da ciência natural aplicada ao processo produtivo; à melhoria dos meios de comunicação; à criação do mercado mundial, etc.; em suma, à intensificação do poder objetivo do Capital sobre o trabalho, registrada na seguinte afirmação:

“Todos os avanços da civilização /.../ ou, em outras palavras, todo aumento das forças produtivas sociais /.../ - tal como derivam da ciência, as invenções, a divisão e a combinação do trabalho, os meios de comunicação melhorados, a criação do mercado mundial, maquinaria, etc. - não enriquecem ao operário se não ao Capital; mais uma vez, somente acrescentam o poder que domina ao trabalho; aumentam apenas a força produtiva do Capital. Como o Capital é a

antítese do operário, aumentam unicamente o poder objetivo sobre o trabalho”.⁵

Mas quais as tendências e possibilidades históricas assumidas pelo Capital (Burguesia) na direção de identificar e preservar seu poder objetivo sobre o trabalho (proletariado)?

A resposta a este questionamento permitirá, acredito, a reafirmação da subordinação do processo educativo escolar ao Capital - ou seja, tentarei evidenciar que a defasagem escola - produção, ou ainda, que a separação educação escolar - trabalho produtivo, permanece imanente as tendências históricas do Capital: acumulação, reprodução e subordinação do trabalho objetivado, alimentado pelo trabalho vivo, isto é; pela capacidade de trabalho “educadamente qualificada”.

As tendências do Capital expostas por Marx, em sua obra *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política: Grundrisse*, explicitam a incoerência de Manacorda, em analisar a relação educação escolar-trabalho produtivo, dissociada das premissas históricas sobre as quais está fundada: o modo de produção capitalista. A tendência fundamental do Capital, analisada por Marx, é a de diminuir o trabalho necessário, é a de subtrair a qualidade da participação da capacidade de trabalho do homem operário no processo produtivo - Marx afirma na obra supracitada:

“/.../ é lei do Capital criar tempo disponível, mais trabalho, e somente pode fazê-lo ao movimentar trabalho necessário, isto é, ao entrar em troca com o operário. Portanto, possui a tendência a criar a maior quantidade possível de trabalho, assim como também é sua tendência, reduzir o trabalho necessário a um mínimo. /.../ É tendência do capital tornar supérfluo (relativamente) o trabalho humano, e empurrá-lo, enquanto trabalho humano, até os limites desmensuráveis.”⁶

A subtração de qualidade da capacidade de trabalho incide na desqualificação do produtor direto pelo crescimento do trabalho objetivado, na substituição da ferramenta pela máquina, em suma, na subordinação da força de trabalho ao Capital.

Para Marx, o processo de redução de trabalho necessário a um mínimo, alarga o tempo de trabalho excedente aumentando o valor do Capital, a produção da mais-valia. Em contrapartida submete enormes contingentes populacionais a uma existência desumana. ou seja, a tendência

⁵ Karl Marx - *Grundrisse* (Vol.I) - p.249

⁶ Id. Ibid - p.350

do Capital - no limite de suas possibilidades -, é tornar supérfluo o trabalho humano e destruir a existência da classe trabalhadora.

Os limites dessas possibilidades históricas de o Capital efetivar *suas* tendências, articulam-se: com o desenvolvimento de novos setores produtivos; com o avanço da aplicação técnica das ciências naturais ao processo de produção de mercadorias. Ou seja, com o surgimento de novas ramificações das forças produtivas, que requerem a existência de um contingente populacional capaz de atender as demandas e as possíveis “qualificações profissionais” pertinentes a um novo setor da produção industrializada. Entretanto, minha preocupação é registrar aqui o limite histórico do Capital, apreendido por Marx, nos *Grundrisse*, em contraposição à argumentação de Manacorda que vislumbra na sociedade contemporânea, a formação de um modo de produção ilimitado, transcendente dos limites históricos dos modos de produção (capitalismo, socialismo): a sociedade tecnológica⁷. Assim, conforme Marx:

“/.../ quanto mais desenvolvido seja o Capital, quanto mais Capital tenha criado, tanto mais formidavelmente terá que desenvolver a força produtiva para valorizar a si próprio na ínfima proporção, isto é, para acrescentar mais-valia, porque seu obstáculo é sempre, a proporção entre a fração do dia - que expressa o trabalho necessário - e a jornada integral de trabalho. Unicamente pode-se mover dentro deste limite”.⁸

Em contrapartida Manacorda, em sua obra *Marx e a Pedagogia Moderna*, declara que:

“A denominada ‘segunda revolução’ industrial não é própria nem do sistema capitalista, nem do socialista. Consideramos evidente que desta estrutura comum brotem exigências e tendências objetivas comuns. Unicamente pode ser diversa - por voluntária e consciente - a resposta política”.⁹

Marx explicita, em sua obra *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política*, que a tendência do Capital, de reduzir o trabalho necessário ao mínimo de sua possibilidade de existência histórica, significa, para a burguesia, a diminuição dos custos com a produção (formação) dos próprios operários. Este desdobramento da relação histórica Capital. Trabalho assalariado, analisado por Marx, permite-me pressupor que a dissociação

⁷ Mário Manacorda, *Marx e a Pedagogia Moderna*, s/d.

⁸ Karl Marx - *Grundrisse* (Vol.I) - p.283-284

⁹ . Mário Manacorda - *Marx e a Pedagogia Moderna* - p.106

entre estruturas escolares e estruturas produtivas ou ainda, a defasagem educação escolar-trabalho (assinaladas por Manacorda); persistirá enquanto subsistam as condições históricas fundamentais à produção, a acumulação e reprodução do Capital. Isto é, a força de trabalho assalariada, e a propriedade privada sobre os sujeitos, ou objetos e os produtos do trabalho.

Reafirmo com as observações supracitadas que os limites imanentes ao Capital *concentram-se* na contradição entre a diminuição do trabalho necessário e o valor de troca obtido sob a forma de salário pelos produtores diretos. E, fundamentalmente, no processo antagônico através do que o Capital tende a maximizar e, inversamente, a minimizar o desenvolvimento das forças produtivas. A força produtiva fundamental, isto é, o proletariado, a classe trabalhadora, subordinada ao Capital, engendra, nestas condições, uma relação histórica cujo limite não se supera pela escola. É o limite absolutizador da cisão entre a capacidade da força de trabalho e suas condições materiais de existência. É o limite que separa o trabalho objetivado (Capital) do trabalho vivo (classe trabalhadora). Este limite reafirma a dupla dimensão da subordinação do Trabalho ao Capital: o trabalho cria a riqueza alheia e, sua própria miséria. Em suma, o Trabalho transforma-se em apêndice do processo produtivo e são mais em pressuposto como ocorreu no período de surgimento do capitalismo.

Com estas considerações pretendo apenas discernir a possível dificuldade teórica de Manacorda em compreender as tendências e possibilidades históricas do modo de produção fundado no Capital. Ao nuclear sua análise, na recomposição da relação educação escolar-trabalho produtivo, o educador italiano desconsidera os traços fundamentais da formação social burguesa. Sua proposta pedagógica esbarra numa premissa marxiana, fundamental. Esta premissa encontra-se assim formulada em *O Capital*:

“O processo capitalista de produção reproduz /.../ em virtude de seu próprio desenvolvimento, o divórcio entre a força de trabalho e as condições de trabalho. Reproduz e eterniza /.../ as condições de exploração do operário”.¹⁰

Assim, mesmo educado, especializado, reintegrado pela educação tecnológica ao trabalho, o trabalhador-operário enquanto indivíduo e enquanto classe não se emancipará de sua condição histórica fundamental: ser e existir, enquanto operário, para o Capital.

¹⁰ Karl Marx - *O Capital* (Livro I) - p.409

Referências Bibliográficas

- MANACORDA, Mário. *Marx e a Pedagogia Moderna*. Barcelona: Oikos. Tav Ed., 1969
- MANACORDA, Mário. *História da Educação*. São Paulo: Cortez Ed. & Ed. Autores Associados, 1989
- MARX, K. e ENGEL, F. *A Ideologia Alemã*, Montevideo: Ed. Pueblos Unidos, 1972.
- MARX, K. *Elementos Fundamentais para a Crítica da Economia Política - Grundrisse*. México: Siglo Vientiuno Ed., 14ª Ed. 1986 - Vol. I e II
- MARX, K. *O Capital*. México: Fonte de Cultura Econômica, 8ª Ed., 1973 - Vol.I